

NOTA DE LEITURA

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria - imaginação geográfica e política externa no brasil (1808-1912)*.

São Paulo : Moderna, 1997.

Luis Fernando Cerri*

Sob o impacto da globalização (que o geógrafo Milton Santos chama com muita propriedade de “globalitarismo”), tanto nos seus aspectos econômicos quanto político-culturais, é visivelmente oportuna uma obra que procura discutir o sentido da nação no mundo contemporâneo, sem deter-se num enfoque presentista ou generalizante, mas optando por uma leitura histórico-geográfica do surgimento (melhor dizendo, criação) da nação brasileira.

Justificar a escolha desse tema, nos dias de hoje, é uma tarefa que exige alguns comentários sobre o papel do Estado nacional num mundo de aprofundamento das relações econômicas internacionais. A primeira justificativa do autor para a permanência da validade dessa temática é a de que, apesar das aparências de uma economia que funciona independentemente dos constrangimentos nacionais, o Estado nacional, mais que vivo, está revitalizado pelas próprias necessidades da economia dita global. Isso se demonstra, por exemplo, pelo fato de que os investimentos públicos continuam variando de acordo com as opções políticas (e não apenas econômicas) das sociedades, e que esses investimentos, em vez de diminuir, têm aumentado ao tempo em que se aprofunda a “globalização”¹. Mais importante que isso, Magnoli afirma

*. Professor Assistente do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Estadual de Ponta Grossa, doutorando em Metodologia do Ensino e membro do Gepamemo - Grupo Memória: pesquisa em ensino de História - Faculdade de Educação - UNICAMP.

ção”¹. Mais importante que isso, Magnoli afirma que “(...) o Estado nacional representa a única instância capaz de conduzir o próprio processo de globalização, por meio de decisões políticas cujas conseqüências definem os ritmos e as formas de integração internacional dos mercados.” (p. 11).

De fato, se o Estado - nação (e sua “secreção”, o nacionalismo) não tivesse mais importância, o que manteria unidas as sociedades? Como permaneceríamos tendo uma rejeição majoritária aos separatismos do estilo “O Sul é o meu país”? A capacidade do Estado nação em produzir identidades coletivas, e do nacionalismo em coesionar e legitimar as sociedades são situações que permanecem importantes no momento atual.

O objetivo da obra é verificar em que medida a geografia colabora para gerar uma nação a partir de onde havia apenas uma zona cultural. Daí o seu recorte, que vai das primícias da autonomização política (1808) até a relativa consolidação das fronteiras nacionais.

A idéia de imaginação é central na obra, como ferramenta explicativa da construção ideológica e material da nação (o patriotismo e o estabelecimento das fronteiras nacionais). Creio que o termo tem o mesmo significado que “invenção” para Hobsbawn e Ranger na obra “A Invenção das Tradições”: aponta para a superação da idéia de simples falsidade na interpretação dos processos de estabelecimento de corpos de idéias legitimadoras de práticas e poderes, caminhando para a idéia de que a legitimação passa pela organização de dados empíricos e conceitos de forma a tornar plausíveis apenas idéias e comportamentos que não venham de encontro aos interesses do poder. Ao mesmo tempo, é uma rejeição aos postulados de que tudo é representação e que o poder e a sua legitimação se difundem em todas as relações em que há interesse envolvido ².

¹. Esta afirmação é confirmada pelo jornalista de economia Aloysio Biondi, que afirma que a participação dos Estados nacionais de países ricos na economia de seus países só tem crescido com a globalização. Ver a entrevista “O Brasil já quebrou em maio”, na revista Caros Amigos 19, de outubro de 1998, p. 22-27)

². É evidente que tais relações existem numa discussão infantil para definir um jogo e na decisão sobre as taxas de juros praticadas pelo Banco Central, mas não hierarquizar os diferentes exercícios de poder é diluir o conceito de legitimação a tal ponto que ele não signifique mais nada (enquanto continuam existindo e influenciando as relações sociais). Parece equilibrado, também, conceber o real como o concreto e o imaginado, como, no caso da história, “o que aconteceu” e “o que foi pensado”, ao mesmo tempo. (cf. Sandra PESAVENTO. Imaginando o imaginário. Ver. Bras. de História v. 15, n. 29, p. 17, 1995). Assim, o imaginário institui a sociedade, nos dizeres de Castoriadis.

A imaginação e o imaginário, na obra, não se contrapõem ao conceito de ideologia. Magnoli fala em “ideologia nacionalista” (p. 17) para denominar a invenção de tradições nacionais que ancora a legitimidade da nação no imaginário de um passado distante e glorioso; usa o mesmo termo (p. 19) para designar o expansionismo norte-americano que utiliza-se da noção de “fronteira”, uma imaginação ao mesmo tempo espacial e identitária, uma compreensão geográfica e uma concepção do grupo (americanos) no tempo, por seu passado e sua missão (o “destino manifesto”); menciona a “ideologia do espaço vital” (p. 41); comenta o uso da lenda geográfica da Ilha-Brasil para a construção de “um edifício ideológico verossímil” (p. 48). No texto de Magnoli, verifica-se ainda as afirmações de que o nacionalismo “operou ideologicamente” (p. 24), compôs um “alicerce ideológico” (p. 25), de que a idéia de que o bandeirismo “autocoloniza” o Brasil, levando autonomamente à Coroa portuguesa um Estado embrionário para o sertão, é uma “inversão ideológica” da realidade (p. 59), e de que as instituições do império têm uma “ideologia iminente” (p. 90).

Por outro lado, Magnoli afirma também que a força da idéia de fronteiras naturais emana não de considerações racionais, mas de “consensos imaginários” (p. 42) que influem sobre o real; menciona o “imaginário territorial” (p. 37) que nutre-se, na França, das viagens ritualizadas do rei pelo território sobre o qual exercia sua soberania.

Como compreender a coadunação dessas duas categorias aparentemente opostas, o ideológico e o imaginário? Isso só é possível dentro de uma compreensão não ortodoxa da ideologia dentro da tradição marxista, estabelecendo campos distintos mas comunicantes para cada uma dessas categorias: no uso de Magnoli, a ideologia está sempre ligada à necessidade de legitimação do poder, enquanto o imaginário não é cerceado por esta necessidade, independe em seu surgimento de comprovações racionais, e compõe um *corpus* assistemático e indeterminado de figuras / formas / imagens³, do qual a ideologia pode e precisa (pelo seu enraizamento entre as pessoas) servir-se para cumprir sua função legitimadora. A imaginação da pátria e seu corpo pelo pensamento nacionalista com o apoio da Geografia é o exercício de legitimação a ser desmontado, o que fica claro ao contrapor a fronteira como resultado de um processo de criação de legitimidades, algo que não pode ser admitido pelo naciona-

³. Cf. Cornelius CASTORIADIS. *A Instituição imaginária da sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 13.

lismo, para o qual as fronteiras emanam da natureza, associadas a uma nação que, além de seus marcos concretos, é tão antiga quanto a história.

Na trilha do desvendar dessa imaginação de um Brasil potencial pré-cabralino (que permite falar em “Descobrimento”), Magnoli aponta os mitos fundadores do território brasileiro, com total destaque para o mito da “Ilha Brasil”, que tem em Jaime Cortesão o seu principal sistematizador. Cortesão, segundo Magnoli, na análise da cartografia colonial sobre o Brasil, identifica a lenda de uma entidade territorial separada, delimitada por dois grandes rios que nasceriam de um gigantesco lago comum. Esse mito serve à Coroa Portuguesa ao fornecer a idéia de uma identidade territorial da América portuguesa, utilizada por exemplo nas negociações para regularizar este território após a clara falência do Tratado de Tordesilhas: “A força da noção Ilha-Brasil derivaria, precisamente, da subversão do horizonte histórico e diplomático e da sua substituição por um ordenamento ancestral” (p. 47). Cortesão, mais que constatar que a noção de Ilha-Brasil serve aos portugueses, “edifica uma plataforma de legitimação nacional para o Brasil” ao contribuir para o imaginário de um Brasil que, mais que resultado de interesses e lutas políticas, seja uma emanção da natureza.

Além do mito da Ilha-Brasil, o mito de uma língua geral dos índigenas, referência de uma unidade cultural ameríndia, que daria ao que hoje é o território brasileiro um caráter de unidade anterior aos portugueses, é outra idéia que colabora fundamentalmente com a legitimação da nacionalidade, por contribuir em estendê-la para o passado. Trata-se de um tema também abordado por Cortesão, mas reforçado por contribuições como as de Darcy Ribeiro. Magnoli argumenta, em contrapartida, que esta idéia corresponde mais aos desejos e realizações dos jesuítas, interessados em uma língua com a qual pudessem se comunicar e evangelizar índios de variados grupos culturais e lingüísticos. Com isso, os jesuítas acabam tornando concreta a presença dessa língua, por utilizá-la e ensiná-la em tribos de troncos lingüísticos diversos.

Feitas essas referências, o autor passa a se dedicar ao estudo da formação das fronteiras e seu componente ideológico, a composição de um patriotismo brasileiro desde a Independência e o Império, cuja tarefa imediata posta como condição à sua sobrevivência era, além de garantir pelas armas a unidade da nação recém instituída, garantir a criação de uma identidade nacional que cimentasse o trabalho geopolítico das armas e da diplomacia. Aí, uma das principais idéias postas à disposição do poder imperial é a de uma nação preexistente, oculta sob o manto lusita-

no, que se expõe ao mundo, pronta, com a independência; esta imagem tem a virtude de subordinar e submeter os processos revolucionários separatistas e republicanos (ou monarquistas, como a guerra pela Independência na Bahia), comuns até o advento do 2o. reinado, como exceções ao rumo glorioso da nação. A Independência, além do mais, é resgatada em seu projeto de continuidade da monarquia portuguesa, um viés raramente levantado pela historiografia.

Assim, Magnoli está preparado para afirmar o Império como um Estado pré-nacional, agindo politicamente, interna e externamente em prol da sua efetiva nacionalização, e dedica alguns capítulos às relações e conflitos diplomáticos entre o Império brasileiro e a América do Sul e o pan-americanismo, a partir da noção de sistemas e sub-sistemas nacionais. Retoma, assim, a horogênese (configuração dos limites dentro dos quais um determinado poder político exerce sua soberania, e que o separam de uma outra configuração onde se exerce outra soberania) e a origem das fronteiras brasileiras.

Concluindo, vale a pena uma citação literal da obra, em que Magnoli manifesta tanto seus pressupostos quanto método e objeto:

Um mito não é uma mentira, ou uma falsificação. A produção da mitologia nacional opera pela seleção e hierarquização dos eventos e processos históricos. Desse esforço emerge uma leitura - uma interpretação ou uma tradução - que se apresenta como narrativa histórica. O traço crucial dessa narrativa consiste no ocultamento da sua própria origem histórica. Ela atribui aos eventos e aos homens do passado responsabilidade por aquilo que está realizando: a fundação imaginária e simbólica da nacionalidade.

A crítica da narrativa mitológica só pode ter sucesso se, antes de tudo, for capaz de definir adequadamente o seu objeto, que é um relato historiográfico. É esse relato, e não uma suposta verdade empírica escondida, que deve ser iluminado e desvendado. Ele tem de ser encarado como um fenômeno histórico, cujas raízes encontram-se nas formas específicas de constituição do Estado brasileiro. Para isso, é preciso levá-lo a sério, tratando-o como é: um mito de fundação. (...) o alvo da crítica não é o de contar uma outra história - uma história verdadeira - da nacionalidade, mas o de contar a história da narrativa. (p. 290-1)